

**A REINVENÇÃO DE UM VIVER JUNTO À EDUCAÇÃO SEXUAL  
PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NUMA CIDADE DO INTERIOR  
MINEIRO**

***THE REINVENTION OF LIVING WITH SEXUAL EDUCATION FOR  
CHILDREN AND ADOLESCENTS IN A CITY IN THE COUNTRYSIDE  
OF MINAS GERAIS***

Heloísa Raimunda Herneck <sup>1</sup>  
Grazielle Correa Amorim <sup>2</sup>  
Daiane Rita de Laia <sup>3</sup>

**RESUMO**

Como as produções de meninas e meninos, iniciadas durante a infância, colaboram na/para a existência das práticas de abuso sexual? O presente artigo tem como escopo uma reflexão que busca agenciar o abuso sexual com as distintas formações “apresentadas” para meninas e meninos, ao longo das suas existências. As apresentações realizadas junto às meninas quanto a brinquedos, personagens, músicas, roupas e outros, podem naturalizar práticas de abusos. Como tantas outras mulheres, uma das autoras deste trabalho, habitante de uma cidade do interior mineiro, sofreu a prática da violência sexual durante a adolescência. Logo, para potencializar a reflexão, utilizamos os estudos nos/dos/com os cotidianos para a composição da cena tramada. Consideramos, portanto, que os papéis masculinos e femininos são invenções que atravessam todo um sistema social, religioso e econômico e que a educação para a sexualidade se configura em um potente caminho para pensarmos nas multiplicidades de existências, como também de escapes às categorizações nas produções de vidas.

**Palavras-chaves:** Abuso Sexual; Cotidiano Escolar; Educação para a Sexualidade.

**ABSTRACT**

*How the sexual education of girls and boys, starting during childhood, collaborate in / for the existence of sexual abuse practices? This article aims at reflecting that seeks to manage sexual abuse with the different “presented” formations for girls and boys throughout their existence. The presentations made with the girls regarding toys, characters, music, clothes, and others, can*

---

<sup>1</sup> Atualmente é Professora adjunta no Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa - UFV. Pós-Doutora em Formação continuada de Professores e Sexualidade – UFES. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. e-mail: [hherneck@gmail.com](mailto:hherneck@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestra em Educação e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. e-mail: [grazyycorrea2@hotmail.com](mailto:grazyycorrea2@hotmail.com)

<sup>3</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. e-mail: [dayanerita2013@gmail.com](mailto:dayanerita2013@gmail.com)

*naturalize abuse practices. Like so many other women, one of the authors of this work, an inhabitant of a city in the countryside of Minas Gerais, suffered sexual violence during adolescence. Therefore, to enhance reflection, we used studies in/with / the quotidian for the composition of the plotted scene. We consider those male and female roles are inventions that cross a whole social, religious and economic system and that sexuality education is a powerful way to think about the multiplicity of existences, as well as escaping categorizations in productions of lives.*

**Keywords:** *Sexual Abuse; School life; Education for Sexuality.*

## INTRODUÇÃO

*“Somos muitas vezes importunadas, tocadas, invadidas sem a nossa permissão”  
(RIBEIRO, 2018, p. 85).*

Estes escritos emergiram junto a tramas vivenciadas por uma de nós. Tramas essas que passaram a existir e a deslocarem os pensamentos de uma das autoras desde a adolescência, quando, como outras meninas/mulheres, a mesma foi violentada sexualmente por um corpo masculino. Trata-se, assim, de agenciamentos junto aos silenciamentos causados por aquele instante, como também pelas angústias, medos, questionamentos e (re)conhecimentos de outras histórias que, como esta, marcaram de distintos modos os corpos femininos.

Desse modo, buscamos entrelaçar o conceito de violência sofrida ao de experiência, do autor espanhol Jorge Larrosa (2002), para quem “[...] a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca, ou seja, uma relação com algo que se experimenta que se prova. [...] E o sujeito da experiência é, sobretudo, um espaço onde tem lugar os acontecimentos” (LARROSA, 2002, p.22). Sendo assim, nos movimentamos junto à produção de narrativas que surgem agenciadas ao medo, caos, dores, fragilidades, enfim, com as marcas que nos forcem viver uma constante metamorfose.

Para uma compreensão dos silenciamentos e marcas que coabitam corpos femininos, como de uma de nós, faz-se necessário compreender o que é a violência sexual. Igualmente, tão importante são os caminhos escolhidos para discutir determinada temática, que há tempos constroem e (des)constroem a existência de incontáveis números de mulheres.

Nestes escritos articula-se a importância em se discutir sobre as relações de poder – como a submissão dos corpos femininos aos corpos masculinos – imersos e arquitetados/nas/pelas redes de saberes/fazeres cotidianos. Isto é, levantando provocações a respeito do modo como há tempos se produz junto a diversas instituições a visão de meninas meigas e delicadas; e, por outro lado, meninos-homens agressivos e que acreditam serem superiores ao sexo oposto. Enriquecendo a discussão, segundo Welzer-Lang (2011), múltiplas narrativas foram construídas historicamente e, desse modo, possibilitaram a dominação coletiva e individual dos homens sobre as mulheres. Logo, conforme o autor, as desigualdades vivenciadas pelas mulheres são efeito das vantagens dadas aos homens.

Posto isto, anunciamos que nos apoiamos nas pesquisas conhecidas com/nos/dos cotidianos. Nas mais banais conversas, escutamos o que vivemos em cotidiano. Questionamos: que espaço ou espaços seriam esses? Estariam ligados a rotinas pré-definidas e/ou programadas? É aquilo que se repete sem ou com breves metamorfoses?

De início, compreendemos a noção de cotidiano como a tramada por Simonini, Botelho e Amorim (2014), relacionando-o com ações e movimentos, semelhante ao uso dos verbos. Conforme os referidos autores, como os elementos dos verbos, o cotidiano pode sofrer variações de acordo com suas flexões. Nesse sentido, temos que:

Transgredindo as gramáticas, consideramos que “cotidiano” é um verbo e não um substantivo. Se o verbo de uma frase designa ações e implementa um movimento na sentença, também por cotidiano entendemos uma ação, um movimento e não um morto e dissecável “objeto conceitual”. O que, por sua vez, não impede que as dinâmicas que atualizam diferentes cotidianos estabilizem também diversos espaços de convívio, oportunizando constâncias e repetições relacionais. Contudo, concebemos estes fenômenos como sendo efeitos de movimentos ou desacelerações desses movimentos não reduzindo a vida cotidiana a um estado em separado dos processos em engendramento (SIMONINI; BOTELHO; AMORIM, 2014, p.01).

Portanto, compreendemos o cotidiano como rotina e, ao mesmo tempo, como movimento capaz de produzir meninas e meninos junto a personagens, brincadeiras, músicas, histórias e tantas outras narrativas. Refletimos, igualmente, a respeito da importância de uma educação para a sexualidade capaz de fortalecer narrativas femininas aliadas a outros saberes, afetos, alegrias e coragem. Educação essa que extrapola rotinas determinadas por uma ordem

social, econômica, política e cultural vigente, desconstruindo papéis sociais calcados nesses mesmos aspectos.

## 2. PRODUÇÕES DE MENINAS/MULHERES E DE MENINOS/HOMENS

*“As meninas assim que os seios começavam a brotar, ganhavam roupas antes dos meninos” (EVARISTO, 2019, p. 16).*

Desde o nascimento de um sujeito, distintas instituições se agenciam em busca de produzir, de modos diferentes, arquétipos de meninas e meninos. Em meio a essas instituições, encontramos a família, a escola, a religião, a cultura, enfim, aquelas que agenciam no/com o mundo que nos cerca.

Transitamos, assim, por diversos espaços que, muitas vezes, de modo silencioso, tentam nos ensinar comportamentos carregados de sentidos pré-estabelecidos para nos conduzirem a uma noção de feminilidade e de masculinidade. Para Beauvoir (2009), entre os referidos espaços, encontramos o familiar, que constrói uma série de definições logo quando descobrem o sexo de uma criança esperada. Define-se um nome, as cores que se farão predominantes nessa nova existência, os brinquedos, os personagens, ou seja, as narrativas que produzirão meninas ou meninos.

Nesse sentido, no que se refere às cores, por exemplo, fabricou-se a ideia de que a cor rosa deve ser a predominante na vida das meninas e a azul na dos meninos. Cores essas que, segundo Huston (2010), carregam significados inventados pela própria espécie humana, sendo o rosa associado à pureza, delicadeza, amor, sensibilidade e serenidade, enquanto que o azul a força, poder, autonomia, luta, entre outros. Como as cores encontramos os personagens infantis que, para as meninas, são geralmente representadas por meio das princesas<sup>4</sup>, sendo estereótipos de mulheres belas, educadas, donzelas recatadas, serenas, e que ficam felizes por

---

<sup>4</sup>Atualmente, encontramos princesas que são independentes da figura masculina e que vivem aventuras. As mesmas também foram produzidas pela Disney, visando atender a um outro consumo e novas demandas da postura feminina. Entretanto, percebemos que muitos dos espaços que habitamos, como, por exemplo, a escola, ainda insistem em desenvolver atividades e discussões com as princesas belas, virgens, serenas, delicadas e que esperam por um príncipe.

conectarem aos cuidados da casa, dos filhos e do marido, seu príncipe, para viverem juntos e alegres para sempre. Para os meninos são apresentados os super-heróis<sup>5</sup>, que são estereótipos de homens fortes, donos de si, valentes, corajosos, conquistadores e livres, e que, por isso, poderão escolher<sup>6</sup> a(s) sua(s) companheira(s) e seguirem seu próprio caminho, conforme sua vontade.

Do mesmo modo ocorrem com as brincadeiras que são diferenciadas para ambos os sexos. Às meninas são oferecidas bonecas, utensílios domésticos representados em brinquedos, livros de contos de fadas, etc. Já para os meninos, bola, bonecos, pipa, livros de super-herói e jogos eletrônicos com ação e violência, entre outros.

Conforme Amorim, Silva e Herneck (2019), a infância é considerada por muitos educadores como uma importante fase para ensinar e moldar as crianças às formas consideradas corretas, bonitas, verdadeiras, lineares e harmônicas no processo de se constituírem meninas e meninos. Sendo assim, as referidas autoras buscaram, neste artigo, questionar a naturalização produzida junto às transformações de ambos os sexos nos seus espaços familiares e escolares.

No que se refere aos espaços familiares, encontramos distintas exigências nas contribuições domésticas para meninas e meninos. Sendo assim, as primeiras são estimuladas a se empenharem mais nesta tarefa. Tarefas essas como, por exemplo, arrumar a casa, lavar e passar as roupas, fazer a comida, ir ao mercado, entre tantas outras. Para Ribeiro (2019), difundiu-se uma narrativa de que meninas precisam apresentar um satisfatório empenho nas mencionadas práticas domésticas para que, futuramente, consigam assumir com excelência os papéis de esposas e mães. Já os meninos são ensinados a se envergonharem ao chorar e ajudar nas tarefas de casa, mas encorajados a namorar e a conquistar desde cedo as meninas. Também são incentivados a ser agressivos, a não levarem “desaforos” para casa e, se for preciso, a brigarem para comprovar sua masculinidade.

---

<sup>5</sup> Universo Marvel e DC, entre outros, cujos personagens são símbolos de força, poder e masculinidade, como Superman, Homem de Aço, Capitão América e Homem Aranha, etc.

<sup>6</sup> Escolha essa que dependerá da beleza, da sutileza e das disposições às renúncias em detrimento das relações matrimoniais.

Conceição Evaristo (2019), em “Olhos D’Água”, ponderou que meninas e meninos são ensinados a vestirem-se de modos distintos. As primeiras, para movimentarem-se junto à pureza, são incentivadas a usar roupas bem passadas, que estejam “na moda” e com poucos decotes, pois, do contrário, “autorizam<sup>7</sup>” os homens a tocá-las. Os meninos são ensinados a serem despojados, básicos em suas vestimentas e a andarem sem blusas quando desejarem.

Compreendemos que o agenciamento de distintas instituições junto às brincadeiras e brinquedos, personagens, histórias, canções, tarefas domésticas, vestimentas, dentre outros, buscam definir e classificar o que cabe ou não a meninas e meninos. Entendemos, pois, que essa longa e intensa conexão produz sentidos que enredam nossas existências e também, mas de forma diferente, a daqueles que não se enquadram aos comportamentos esperados para ambos os sexos. Estes são considerados desviantes, anormais, errantes, “doidos” e muitas vezes, são punidos<sup>8</sup> segundo os ditos normais.

Para Beauvoir (2009), o movimento distinto na produção de meninas e meninos tem propiciado a naturalização de narrativas que consideram meninas e mulheres como sendo o “sexo frágil” e os meninos e homens o “sexo superior”. A fragilidade emerge e é reforçada nas relações de subordinações aos homens.

Conforme Ribeiro (2019), a fragilização e a subordinação das mulheres produzem estereótipos que nos (des)potencializam. Nesse sentido, cotidianamente narrativas são fabricadas para desqualificar e/ou fragilizar nós mulheres como, por exemplo, a de que “mulher no volante é um perigo constante”; “mãe que abandona filhos com os pais para seguir em busca da realização profissional é louca”; “mulheres que não são apegadas a salões de beleza são lésbicas”; “mulheres que bebem como os homens e que gritam em público são malucas”; “mulheres que usam roupas curtas e decotadas são putas”, ou de que “mulheres que tomam a iniciativa de convidar o homem para sair não servem para serem esposas”, entre tantas outras também propagadas e reforçadas por mulheres.

---

<sup>7</sup>Essa suposta “autorização” foi produzida pela própria humanidade, uma vez que consideram que mulheres que usam roupas curtas podem ser tocadas, assediadas e violentadas de diferentes formas.

<sup>8</sup> Verbalmente, fisicamente, afetivamente, moralmente e outros.

Consideramos, então, que a fragilização na/da produção de mulheres tem sustentado, há tempos, violências sofridas por elas, levando-nos a desacreditar em nós mesmas e a permitir que o medo tome conta dos nossos corpos. A violência verbal, psicológica, moral, física e sexual cometida mais especificamente contra a mulher é, portanto, uma invenção patriarcal ainda aceita e difundida.

Para Huston (2010), desde que nascemos somos produzidos através das histórias que nos contam. O sentido, para a autora, é inventando e interpretado por nós mesmos, penetrando e moldando aos poucos existências a partir do contexto social, religioso, cultural, midiático, etc. Por esse viés, acreditamos que há uma intensa estimulação nas produções violentas dos corpos masculinos sob os femininos. Fabricações essas que fragilizam, adoecem, amargam, (des)potencializam, aniquilam alegrias e bons encontros entre meninas/mulheres e meninos/homens.

Movimentamo-nos a refletir sobre inúmeras violências que nós mulheres sofremos, mais especificamente a sexual, propiciando a construção de alguns diálogos. Assim, ressaltamos, primeiramente, que empobrecemos as produções femininas e masculinas quando levamos os segundos a acreditarem que podem agir como desejarem em relação aos corpos das mulheres. Por conseguinte, destacamos que somos construtores e reprodutores de narrativas que enaltecem o discurso de que mulheres devem ser culpabilizadas pelas violências sofridas, dificultando as denúncias.

Em meio a diversas violências que nós mulheres estamos sujeitas, interessamo-nos a acompanhar o abuso sexual. Isso porque, como já mencionado, uma de nós teve a sua existência atropelada pelo mesmo. Portanto, faz-se importante a consideração: o que compreendemos por abuso sexual?

### 3. O QUE É ABUSO SEXUAL?

*“Eu, até então, encarava o estupro como sendo um castigo merecido, por não me sentir seduzida por homens” (EVARISTO, 2019, p. 66).*

Diversas mulheres acreditam serem as culpadas pelos abusos sexuais sofridos devido às suas vestimentas, por não executarem com “sucesso” tarefas domésticas, por não desejarem se agenciar à maternidade, por terem consumido bebidas alcoólicas em excesso, por não sentirem-se atraídas por homens, enfim, pelo simples fato de terem nascido mulheres.

No que se refere ao abuso sexual, encontramos desde muito cedo meninas, ainda na infância, e mulheres em diferentes faixas etárias sendo vítimas de tal prática. Nesse sentido, compreendemos que a vulnerabilidade, a fragilidade e o medo atravessam distintas faixas etárias femininas.

Atualmente, há um movimento junto a documentos normativos que repudia o abuso sexual como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>9</sup>. O Estatuto foi aprovado no ano de 1990, sendo considerado um conjunto de normas de ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo reforçar a responsabilidade da proteção integral de crianças e adolescentes. Desse modo, passou a ser dever da Família, do Estado e da Sociedade zelar pelo bem-estar educacional, social e econômico de crianças e adolescentes. O referido documento define o que são crianças e adolescentes, sendo:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990).

A construção do ECA foi de suma importância para a efetivação de uma sensibilização junto aos problemas que acompanham vidas de crianças e adolescentes no Brasil. Problemas esses como a exploração do trabalho infantil, a ausência de frequência e a evasão escolar, a marginalização de crianças pertencentes a famílias de baixa renda, a violência sexual, entre tantos outros aspectos pormenorizados socialmente.

Em meio aos problemas acima mencionados, como já anunciado, interessa-nos construir diálogos no que tange à violência sexual contra meninas/mulheres. Isso porque uma de nós também teve o corpo violentado sexualmente durante a adolescência, tendo de viver “[...] a calma e o desespero como se nada estivesse acontecendo” (EVARISTO, 2019, p. 25).

---

<sup>9</sup> ECA - Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990.

Conforme Ribeiro (2019), desde o período colonial o Brasil registra narrativas de violências contra crianças e adolescentes. Durante um longo período na história brasileira, os mesmos não foram percebidos como sujeitos de direitos e capazes de arquitetar a própria identidade, levando-os a naturalizarem e a se silenciarem diante práticas de abuso sexual e outros tipos de violência.

Amparadas no artigo 207 do Estatuto da Criança e do Adolescente, entendemos que a violência sexual se configura em qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, sendo assim:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação (BRASIL, 1990, art. 207).

Dessa forma, embora percebidas cotidianamente como sinônimos, os conceitos de violência e abuso sexual se diferem. É necessária atenção a essa diferenciação para que possamos compreender que o abuso sexual também se configura em um caótico e triste tipo de violência.

Enriquecendo a discussão, encontramos nos dados do Boletim Epidemiológico<sup>10</sup>, lançado no ano de 2019 pelo Ministério da Saúde, que, no Brasil, 51% das crianças abusadas sexualmente têm de 1 a 5 anos. Entre 2011 e 2017, foram notificados 184.524 casos de violência sexual no país, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida. O informe apontou, ainda, que 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino e 14.996 (25,8%) eram

<sup>10</sup> Informações podem ser acessadas no link a seguir: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>

do sexo masculino. Do total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos, 45,5% eram da raça/cor da pele negra, e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno.

Evaristo (2019) ponderou que a maioria dos casos de abuso sexual contra menores são cometidos por agressores participantes do convívio das vítimas. Portanto, os agressores, em muitos casos, buscam ganhar a confiança das crianças vítimas e/ou de suas famílias, para, em seguida, cometer o abuso. Sendo assim, muitas vezes eles conseguem convencer as crianças a silenciarem-se em relação a prática abusiva, amedrontando-as e ameaçando-as.

Nesse ínterim, o ECA, em seu artigo 13, prescreve: “[...] Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos (o que inclui o abuso sexual) contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”. No artigo 245, o Estatuto ainda estabelece multa de 3 a 20 salários de referência (aplicando-se o dobro em caso de reincidência), se:

[...] deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente (BRASIL, 1990, art. 207).

Contudo, mesmo com a evolução dos princípios morais e legais em defesa das crianças e adolescentes, os casos de abuso sexual não deixaram de existir, muitos menos passaram a serem compreendidos como um crime e – destaca-se – que deixa sequelas muitas vezes irreparáveis. Talvez, as próprias distorções causadas pelos conceitos de violência e abuso podem dificultar a abertura para um diálogo sobre a temática.

Nesse sentido, Ribeiro (2019) afirma que, no Brasil, o padrão de socialização dos meninos ainda se dá pela violência, em que é reforçado o uso da força. Eles são culturalmente estimulados a dominar as meninas e, mais tarde, suas mulheres. Compreendemos, assim, que historicamente os homens estruturam o poder patriarcal de dominação sobre o corpo feminino. A ideia de que o gênero masculino tem o comportamento agressivo e violento é reproduzida na nossa sociedade constantemente. Logo, cada vez mais, o papel social masculino de dominador é solidificado, ao passo que ao feminino, com o seu papel social de cuidadora, amorosa e zeladora da harmonia doméstica, acaba naturalizando e tolerando atos de violência.

Isto posto, entendemos que são múltiplas as consequências do abuso sexual na existência de meninas e mulheres como, por exemplo, depressão, ansiedade, fobias, gravidez não planejada e, conseqüente, aborto inseguro, doenças e infecções sexualmente transmissíveis, pânico e medo, entre tantos outros a depender da vulnerabilidade das vítimas, das redes de apoio, da idade e da cultura que as rodeiam. Cada uma vivencia e narra de modo distinto o abuso sexual e, nesse sentido, abrimo-nos, aqui, a contar sobre uma experiência triste que atravessou uma das nossas existências.

#### 4. FRÁGEIS MOMENTOS DA VIDA

*“Era preciso viver a calma e o desespero como se nada estivesse acontecendo”  
(EVARISTO, 2019, p. 52).*

Narrar sobre abuso sexual não é uma tranquila tarefa, uma vez que ele impõe aos corpos vitimizados incômodos e dores muitas vezes insuportáveis. Durante a infância, uma de nós foi abusada sexualmente e por muitos anos precisou se calar, talvez, por medo, por não compreender ao certo as cenas vivenciadas ou para não criar um “escândalo” na pequena cidade que habitava.

235

Entre as lembranças infantis, ela se recorda que, desde os sete anos de idade, os pais a deixavam com a avó paterna para irem trabalhar. Na época, o pai ocupava o cargo de auxiliar de serviços gerais na Prefeitura Municipal de Viçosa-MG e, a mãe, de empregada doméstica em uma casa de família com alto poder aquisitivo. Impossibilitados, então, de pagarem alguém para cuidar dos filhos e de levarem para o trabalho, confiaram em deixá-los na pensão da avó.

A humilde família, considerada de cor parda, acreditava que as crianças estariam seguras em uma pensão de uma cidade do interior. Isso porque, diziam que entre as vantagens de se morar em um município de pequeno porte encontrava-se a segurança em todos se conhecerem. Sentiam, pois, que as crianças eram protegidas e cuidadas pelos diferentes moradores.

A pensão era antiga e grande. Na mesma moravam a avó, um tio, um primo e outros hóspedes que, em sua maioria, eram homens divorciados e naturais de cidades vizinhas. Grande parte dos hóspedes tinha carinho pela vítima do abuso e o irmão, enchendo-os de mimos, que os transbordavam de alegria.

Entre os hóspedes, um era ainda mais próximo da vítima, com a idade aproximada de 60 anos, e constantemente a convidava para ir ao seu quarto. Conforme a mesma, a avó permitia a sua entrada no quarto do homem, uma vez que dizia confiar fielmente naquele sujeito. Inicialmente, este idoso atraía a menina para o quarto presenteando-a com brinquedos, guloseimas, jogos, entre outros. Contudo, após ganhar a confiança da família, passou a solicitar ações inesperadas em troca dos presentes.

Assim, primeiramente, pediu que ela se sentasse no seu colo e depois solicitou-lhe que tirasse a roupa. Segundo o homem, ela deveria ficar à vontade, nua, porque ele gostava muito da garotinha. Com o passar do tempo, o hóspede foi exigindo mais daquele corpo infantil. Passava a mão em seus seios e na vagina, tirava a roupa e se masturbava na frente dela, pedindo-a que colocasse a mão e a boca no seu órgão genital. Sendo assim, insistia em dizer que suas práticas se configuravam em carinho e, por isso, a menina não deveria contar para ninguém. Afirmava, ainda, que a avó tinha conhecimento de suas ações sobre o corpo da neta.

Seguia a menina vendo-se incentivada a acreditar no hóspede da avó, tanto pelo que dizia, como pelo que fazia com o seu corpo. Dessa forma, durante um longo período permaneceu em silêncio e acatava tudo o que ele a pedia. Aos poucos, o incômodo, a culpa, a vergonha, a tristeza e o medo passaram a habitar o corpo da menina, que não desejava mais voltar àquela pensão. Ela entendia que algo estava errado. Entretanto, pensava: como dizer aos meus pais o motivo de não querer ir para a pensão? Se descobrissem o motivo, poderiam acreditar que tudo acontecia com o meu consentimento? Minha avó realmente tinha conhecimento do que se passava entre mim e o seu hóspede? Como eu seria vista por meus familiares após descobrirem as trocas de “carícias”? Esses e muitos outros questionamentos pulsavam naquela existência feminina que ainda estava em desenvolvimento.

Entrelaçadas a esses questionamentos, outras tramas inibiam a menina em procurar por ajuda. Conforme a mesma, frequentemente a avó se queixava das condições financeiras da família. Isso porque, paulatinamente o número de hóspedes se reduzia conforme surgiam outros hotéis e pensões na pequena cidade.

Foram múltiplas as tentativas em que o hóspede tentou penetrar a vagina da menina e, quando sentia dor, dizia a ele que iria gritar. Essas cenas se repetiram por aproximadamente um ano. Insistentemente, lágrimas escorriam, abafando possíveis gritos. Ela, inúmeras vezes, tentou contar para a mãe, no entanto, a incerteza sobre o que a mesma pensaria a amedrontava.

Passou, pois, a implorar para que a mãe a deixasse sozinha em casa ou que a matriculasse na REBUSCA<sup>11</sup>, uma instituição filantrópica de ensino localizada na cidade de Viçosa/MG. Isso porque acreditava que a instituição poderia, junto com as suas atividades, salvá-la do “pesadelo” vivenciado diariamente. Após tantas insistências, conseguiram uma vaga para os dois irmãos na referida instituição de ensino. Um sentimento de alívio passou a refrescar corpo e mente da menina quando, pouco tempo depois, descobriu que seu abusador havia falecido.

Mesmo após a morte daquele sujeito, a menina não teve coragem de narrar para a família sobre os abusos sofridos, pois acreditou que o tempo seria capaz de apagar as cenas perturbadoras. Acreditava que o silêncio evitaria o julgamento e a culpabilização por parte dos que a rodeavam, afinal vivia em uma cidade pequena do interior mineiro.

Percebia a menina que habitar uma cidade do interior mineiro também poderia produzir fragilidades na vida de mulheres. Isso porque, como tantas outras crianças cresceu ouvindo da família e de outros moradores do município que deveria “prezar” pela sua integridade. Do contrário poderia “sujar<sup>12</sup> o nome da família”, dificultando o acesso dos pais

---

<sup>11</sup> Conforme informações extraídas do *site* da Rebusca, trata-se de uma instituição filantrópica, baseada em valores cristãos. Trabalha, assim, há 37 anos visando à prevenção da vulnerabilidade social de crianças e adolescentes em Viçosa/MG. Informações podem ser acessadas no *link* a seguir: <https://rebusca.org.br/website/>.

<sup>12</sup> Em cidades pequenas do interior mineiro como, por exemplo, Viçosa é uma prática comum famílias considerarem que devempreservar a sua integridade. Destaca-se, contudo, que a responsabilidade desta “preservação” na maioria das vezes é lançada para as mulheres. Isso porque, como uma das autoras do trabalho,

ao emprego, a hospedagens na pensão da avó e a um futuro casamento com um “bom” moço. Foi, então, por volta dos dezoito anos que decidiu confessar para uma amiga sobre o abuso sofrido, uma vez que a mesma acompanhava a sua dificuldade em manter relacionamentos amorosos.

Por um longo período evitou a primeira experiência sexual, pois essa possibilidade a conduzia à dor e a demais sentimentos como medo do uso da força, da chantagem, e das incertezas. E assim seguia a vida “[...] entre calmarias e tormentos” (EVARISTO, 2019, p. 100).

A partir da aprovação no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Viçosa (UFV), teve a oportunidade de conhecer autoras que narravam a respeito de diferentes violências vivenciadas pela mulher como, por exemplo, Simone de Beauvoir, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Elena Ferrante e outras. A leitura das obras produzidas pelas referidas autoras e o diálogo com companheiras do curso de graduação a encorajou, levando-a a narrar para a família o que ainda a machucava. Contudo, decidiram seguir a vida sem que mais ninguém tivesse conhecimento da história.

Em um dos estágios obrigatórios da graduação em Pedagogia, passou a frequentar uma escola da rede pública da cidade de Viçosa/MG e se sentiu ainda mais sensibilizada com relação à importância de abordagens que eduquem crianças e adolescentes para a sexualidade. Isso porque, naquele espaço, descobriu vidas de meninas atropeladas pelo abuso sexual seguido de silenciamentos.

Desse modo, compreendeu que a própria experiência com o abuso e de tantas outras meninas que conheceu através do referido estágio, corriam riscos de julgamentos e

---

muitas meninas do interior escutam: mulheres devem ter a primeira experiência sexual e engravidar, após o casamento; mulheres “decentes” não ficam com muitos homens; mulheres, por amor e honra, devem suportar um casamento adoeecedor; entre tantas outras narrativas corriqueiras. Salienta-se, igualmente, que essa responsabilidade se intensifica ainda mais na existência de meninas pertencentes a famílias de baixa renda.

condenações. Isso porque, para além das vantagens<sup>13</sup> de habitar uma cidade pequena existia o silenciamento de tantas outras violências praticadas contra as mulheres.

Refletindo, assim, sobre o abuso sofrido por ela e por outras crianças, compreendeu que a educação para a sexualidade pode potencializar a reinvenção de vidas de meninas que tenham e/ou que podem ser abusadas sexualmente, principalmente, em uma cidade do interior mineiro.

## 5. EDUCAÇÃO SEXUAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

*“De repente, naquele minúsculo espaço coube o mundo”*

*(EVARISTO, 2019, p. 21).*

Nos mais banais, precários e singelos cotidianos escolares existe uma diversidade de alunado. Independente dos espaços e das condições estruturais, pelas escolas habitam mundos diversos, que carregam consigo alegrias, tristezas, sonhos, angústias, medos, saberes, diálogos, dúvidas e certezas. Nesse sentido, cotidianos escolares são construídos e reconstruídos junto aos múltiplos contextos de vidas dos seus protagonistas, ou seja, ao mundo que os rodeia.

Assim, em meio ao turbilhão de contextos existenciais que atropelam e compõem as escolas, destacamos a importância do trabalho junto à educação para a sexualidade de crianças e adolescentes. Isso porque, sendo o abuso sexual praticado em muitos casos, por adultos próximos afetivamente das vítimas, a instituição escolar, lugar em que as crianças passam boa parte do dia, rotineiramente, poderá contribuir no acolhimento desses alunos.

De acordo com Amorim, Silva e Herneck (2019), muitas famílias não se sentem à vontade para conversar sobre a sexualidade com os filhos. Diversos são os motivos que podem silenciar a vítima para uma abertura ao diálogo como, por exemplo, a falta de

---

<sup>13</sup> O ritmo de vida tende a ser mais tranquilo, o custo financeiro de vida é mais barato, o índice de roubos é menor, etc.

instrução sobre a temática e o medo das proporções que tal assunto poderá causar na vida dos filhos.

Potencializando a discussão, Foucault (2017), na obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, ponderou que nós seres humanos fomos produzidos junto a uma educação que nos culpabiliza por pensar, desejar e partilhar saberes sobre os nossos corpos. Desse modo, há tempos a história fabricou narrativas equivocadas destoando os sentidos sobre as diferenças entre a sexualidade e o sexo.

Silva e Megid Neto (2006) também consideram que, em diferentes momentos da história, fomos atravessados pela ausência de diálogos sobre a sexualidade. Fato este que produziu distorções a respeito da educação para a sexualidade, compreendida por muitos como sendo uma antecipação à vida sexual de crianças e adolescentes.

No ano de 1998, a orientação sexual passou a ser considerada um dos temas transversais junto aos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Brasileira (PCNs), contudo, muitos docentes ainda encontram dificuldades e resistem em agenciar a temática a diferentes disciplinas e etapas da Educação Básica. Essa dificuldade e resistência, segundo Silva, Amorim e Herneck (2020), conecta-se à ausência de formação específica para educadores, medo de serem punidos e/ou mal interpretados pelas famílias ou até pela direção escolar e, ao mesmo tempo, por não encontrarem sentido na ampliação da temática para além da questão biológica.

Ainda conforme Silva, Amorim e Herneck (2020), nos livros de ciências, sexualidade surge como conteúdo específico da sétima série de Ensino Fundamental. Entretanto, nesses materiais, o assunto é trabalhado apenas numa perspectiva das ciências biológicas. Para Felipe, o termo educação para a sexualidade deve ser “usado para enfatizar uma abordagem mais ampla, com ênfase nos aspectos históricos, sociais e culturais, que extrapolam uma visão meramente biológica, pautada apenas na prevenção” (FELIPE, 2008, p. 32).

Aventuramo-nos, pois, a compreender a sexualidade conforme o anunciado pela Organização Mundial da Saúde:

(...) uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental(OMS, 2017, p. 01).

Movimentando pelo mesmo caminho, Silva, Amorim e Herneck (2020) consideram que:

(...) o corpo que defendemos foi cultivado pelo físico que carregamos e a sexualidade pela maneira que nos é permitido expressar, manifestar socialmente, culturalmente, religiosamente e emocionalmente nossos afetos, paixões por si e pelo outro. E, resgatado o conceito de corpo e sexualidade, bem como o papel do professor e as indicações das pesquisas sobre a temática, narramos uma prática pedagógica que nos atravessou no intuito de tecê-la com as potencialidades e com os desafios cotidianos (SILVA; AMORIM; HERNECK, 2020, p. 11).

Defendemos, assim, uma educação para a sexualidade que possibilite diálogos entre crianças e adolescentes para que possam reconhecer seus corpos, como também serem capazes de compreender as diferenças entre carinhos e abusos. Nesse sentido, Britzman argumenta que “o currículo da sexualidade deve estar mais próximo à dinâmica da sexualidade e ao cuidado de si” (BRITZMAN, 2013, p.108).

Desse modo, compreendemos que normatização e regulação dos corpos de crianças e adolescentes propiciam a produção de comportamentos diferenciados para meninas e meninos, fazendo com que as primeiras sejam inferiorizadas em relação aos segundos. Nesse sentido, entendemos que a educação para a sexualidade deve ser trabalhada de modo transversal a todas as disciplinas, uma vez que a mesma produzirá modos de viver.

O cotidiano escolar é um espaço com grande potencial para que possamos trabalhar a educação para a sexualidade, de modo a enriquecer maneiras de pensar, agir, questionar, conectar saberes e desconstruir certezas naturalizadas junto a submissões de corpos femininos aos masculinos. Assim como em outros espaços, no cotidiano escolar encontramos diferentes corpos que estão em constante mudança física e, conseqüentemente, curiosidades entre crianças e adolescentes surgem a todo instante. Assim, dialogar sobre o corpo com nossos alunos é também uma forma de ampliar as redes de proteção quanto a qualquer forma de exploração.

Silva, Amorim e Herneck (2020) consideram que a educação para a sexualidade de crianças e adolescentes poderá também contribuir na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e uma indesejada gravidez na adolescência. E potencializando o pensamento das autoras, consideramos que a educação para a sexualidade poderá produzir outras narrativas nas produções de meninas e meninos. Possibilitando, assim, questionamentos acerca das brincadeiras, personagens, músicas, cores e outros elementos que os são apresentados, ressignificando os seus processos de desenvolvimento.

Movimentamo-nos, pois, junto a Foucault (2017), ao considerarmos que a sexualidade é parte natural da vida humana e assim deveria ser compreendida na vivência social. Logo, não haveria razão para a exclusão do tema nos cotidianos escolares. Portanto, a educação para a sexualidade de crianças e adolescentes necessita se constituir a partir de constantes diálogos, problematizações e desconstruções de discursos naturalizados, caminhos para a vivência da sexualidade, livre de tabus e preconceitos. Acreditamos, assim, numa educação para a sexualidade que possibilite a meninas/mulheres outras reinvenções junto aos papéis de subordinação ao patriarcado e, conseqüentemente, ao abuso sexual.

## **6. CONCLUSÕES**

As pesquisas com/nos/dos cotidianos buscam escapar de caminhos únicos, definidos e, por isso, universais. Movimentar-se junto com elas é compreender que cada experiência de vida é singular, mesmo rodeada a influências familiares, escolares, culturais, midiáticas, etc.

Desse modo, almejar um maior agenciamento da educação para a sexualidade de crianças e adolescentes nos leva a uma sensibilização junto com a produção de meninas e meninos. Destacamos, assim, a urgência de uma educação escolar que possibilite a ambos os sexos a atenção ao cuidado e ao sentido com o corpo de si e do outro. Igualmente, é necessária uma educação que dê oportunidades para crianças escolherem os personagens, as cores, as características e outros aspectos que desejarem compor suas existências. Defendemos, pois, uma educação que possibilite as meninas e os meninos serem sensíveis, fortes e corajosos. E, para isso, é preciso que um corpo não esteja subordinado ao outro.

A educação para a sexualidade poderá colaborar para o fortalecimento de redes de saberes/fazer de meninas e meninos, permitindo a composição de corpos plurais, escapando de uma única maneira de refletir a respeito dos mesmos. Nesse sentido, faz-se necessária uma educação que possibilite diálogo, problematizações, desconstruções de comportamentos e papéis naturalizados historicamente.

Na história de uma das autoras deste trabalho, vítima do abuso sexual, uma reinvenção do viver foi possível a partir da sensibilização junto com a educação para a sexualidade, com leituras e discussões com outras mulheres. Contudo, quantas meninas e mulheres têm a possibilidade de reinventarem-se após sofrerem a violência sexual?

Portanto, desejamos sensibilizar outros educadores, famílias e sociedade sobre a importância da problemática narrada, muitas vezes silenciadas em pequenas cidades do interior brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Grazielle. Corrêa; SILVA, Rúbria Magalhães e; Heloísa Raimunda, HERNECK. Cinderela, Igreja e Infância: produção de masculinidade e feminilidade numa escola rural. **Revista Momentos Diálogos em Educação**. v. 28, p. 95-108, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Trad. de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2 v.

BRASIL. Constituição (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acessado em: 21/03/2020.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais: terceiro e quarto ciclos**. Brasília: MEC/SEF, 1998b. 136 p.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 83-111.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

FELIPE, Jane. **Educação para a Sexualidade: uma proposta de formação docente**. In: BRASIL. Ministério da Educação. TV Escola. Salto para o futuro: Educação para a igualdade de gênero. 2008. Disponível em: [https://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/163222Edu\\_igualdade\\_gen.pdf](https://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/163222Edu_igualdade_gen.pdf) Acessado em: 21/03/2020.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: A vontade de saber. 13. ed. Trad. De Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. 149 p.

HUSTON, Nancy. **A espécie fabuladora**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 19, p. 20-28, 2002.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** - 1<sup>o</sup> ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; NETO, Jorge Megid. Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência E Educação**, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151673132006000200006&script=sci\\_abs](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151673132006000200006&script=sci_abs)  
tract&tlng=pt. Acessado em: 03/03/2020.

SILVA, Rúbria Magalhães; AMORIM, Grazielle Corrêa; HERNECK, Heloísa Raimunda. Por que muitas pessoas têm vergonha de falar sobre sexo? A vontade de saber e os tabus sobre sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental. **REVASF - Revista de educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 10, p. 1-24, 2020.

SIMONINI, Eduardo; BOTELHO, Cristiane Roque Pereira; AMORIM, Grazielle Corrêa. Cotidianos em Devir. In: GARCIA, Alexandra; OLIVEIRA, Inês Barbosa (Orgs.). **Aventuras de conhecimento: utopias vivenciadas nas pesquisas em educação**. Rio de Janeiro: DPetAlii, 2014, p. 217-228.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Saúde Sexual. Genebra: OMS; 2017. Disponível em: <[http://www.who.int/topics/sexual\\_health/en/](http://www.who.int/topics/sexual_health/en/)>. Acesso em: 03 de abril de 2020.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vai. 9, n. 2, 2001.

---

Submissão: 22/06/2020

Aprovado: 10/08/2020